

79 •**Ponta Grossa**- 02 votantes0 Assoc. Antonio Marcos •**Londrina**- 06 votantes- Instituto Leonardo Murialdo. Sem  
80 duplicidades- as organizações aptas serão nomeadas. •Registrada a presença da **Conselheira Jaqueline Ribas**  
81 **(SEET)**. No seu papel, a **Presidente Débora R. Costa (ABEC)** formulou um agradecimento a todas as pessoas  
82 que colaboraram para o êxito desse processo eletrônico. A representante do Ministério Público, **Dra. Luciana**  
83 **Linero**, deixou patente merecidos elogios destinados ao corpo técnico da SEDS, pelo trabalho executado frente ao  
84 processo eleitoral eletrônico. O avanço havido foi inquestionável, através de uma ação transparente e bem  
85 sucedida. Sugeriu estimular mais as entidades do interior para que haja uma maior participação nessas eleições.  
86 Essa ampliação certamente acontecerá, com a facilidade que esse sistema proporcionou. Segundo a Sra.  
87 Promotora de Justiça, esse é um grande passo, já que vive-se hoje intimamente atrelados ao mundo tecnológico.  
88 No foco das opiniões, o **Conselheiro Leandro Meller (SEDS)** desejou registrar a importante participação do  
89 Ministério Público, OAB e Fórum, no desenrolar desse processo. Objetivos maiores virão para o futuro, preparando  
90 melhor as organizações já que tudo flui através do aprendizado. Pediu a palavra o **Conselheiro Antonio Carlos**  
91 **Dourado** (Secretaria de Esporte e Turismo), referindo-se a disponibilidade de se obter material esportivo para  
92 atender 18 adolescentes da sócio-educação, dos quais 4 estão treinando em projetos com iniciação esportiva (tênis  
93 e rugby). O projeto piloto poderá ser expandido, trazendo um bom resultado lá na frente. Pontuou a **Presidente**  
94 **Débora** que essa ação poderá ser avaliada como fruto das visitas efetuadas às Unidades de Sócio Educação. Foi  
95 dito pela **Promotora Dra. Daniele Tuoto** que se houve uma menor evasão, deve-se a esses projetos. Agradeceu  
96 as visitas realizadas e a sensibilidade dos Conselheiros. •**Ponto 3- Informes sobre as deliberações e**  
97 **chamamento-** A **técnica Juliana Sabagg (SEDS)** relatou que a minuta do Protagonismo Juvenil foi aprovada-  
98 chamamento público das Unidades Sociais (ajustes). Na sequência, foi destacado pela **Conselheira Maria Leolina**  
99 **(ACRIDAS)** o flagrante êxito do 1º Encontro Estadual da Família Acolhedora, realizado no Canal da Música, que  
100 contou com o prestigiamento de vários Prefeitos, Juízes e Promotores. Visualizou-se que dos 399 Municípios,  
101 somente 15 possuem o Prog. Família Acolhedora. Muitos dos Prefeitos mostraram interesse em conhecer essa  
102 ação. Complementando o relato, a técnica Carla Andréa (SEDS) informou que 494 pessoas se fizeram presentes  
103 integrantes de 250 municípios entre Prefeitos. Verificou-se a baixa adesão de Juizes e Promotores, na verdade  
104 importantes parceiros. O evento contou com o prestigiamento da Secretária Nacional Carminha, que solicitou  
105 replicar esse Seminário a nível nacional. Ao final, a **Presidente Débora (ABEC)** formulou um agradecimento à  
106 **Conselheira Maria Leolina**, que ficou incumbida de representar o CEDCA nesse evento. O **Conselheiro e**  
107 **Superintendente de Garantia de Direitos, Leandro Meller (SEDS)**, abordou o chamamento público e execução  
108 de obras que tramitam para a adequação na redação. Edital destinado a crianças e adolescentes com deficiências  
109 (parecer favorável da Procuradoria) etapas dos autorizados SEFA e Casa Civil. •**Edital Bens Móveis-** aprovado pela  
110 Procuradoria, SEFA e Casa Civil- •**Edital 004-** publicado em 28/09- Prazo de 60 dias para as organizações  
111 apresentarem os projetos até 150 mil- •**Edital 003-** (atendimento para atividades de Capacitação de Conselhos  
112 Tutelares). •**Edital 002-** 282 processos protocolados com 52 organizações desclassificadas e 230 classificadas. O  
113 art. 7º estabelecia que as organizações que receberam recursos a partir de agosto/2015, estariam inabilitadas. Isso  
114 não poderia acontecer, uma vez que os recursos eram do FEAS, assim o ato administrativo que desabilitou será  
115 revisto. •**Inclusão- Conselheiro Alann Bento. Atualização da Comissão da Lei 13.019.** A Comissão foi  
116 composta para avaliar as parcerias; na época participavam 2 Conselheiros GOVERNAMENTAIS e 2 da Sociedade Civil  
117 que não mais participam desse Conselho (Ana Claudia e Francisco). Atualizar pois essa Deliberação, por conta dos